

Tecnologia Sob pressão

Câmara dos EUA aprova projeto que bane TikTok caso ele não seja vendido



Prédio da empresa nos EUA; deputados veem risco à segurança do país

Coalizão entre democratas e republicanos garante aprovação de texto, que segue agora para votação no Senado

NOVA YORK

A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou ontem projeto de lei com apoio bipartidário que pode forçar a ByteDance, dona do TikTok, a vender o popular aplicativo de vídeos ou ser banido do solo americano. A medida aumenta o confronto entre Pequim e Washington sobre o controle de tecnologias que podem afetar a segurança nacional, a liberdade de expressão e o setor de rede social.

O projeto de lei agora vai ter um caminho difícil para ser aprovado no Senado, onde o senador Chuck Schumer, de Nova York, líder da maioria democrata e responsável pela pauta de votação, não se comprometeu a levá-lo ao plenário – nos EUA, o vice-presidente da República cheia o Senado, mas não define as propostas que vão ser analisadas.

Os líderes republicanos aceleraram a tramitação do projeto na Câmara com um debate limitado – a proposta passou com 352 votos a favor e 65 contrários. A aprovação ocorreu apesar de o TikTok ter mobilizado

seus 170 milhões de usuários nos EUA contra a medida e em meio à pressão do governo do presidente Joe Biden para persuadir os legisladores de que a propriedade chinesa da plataforma representa graves riscos à segurança nacional dos Estados Unidos.

O resultado foi uma coalizão bipartidária, que incluiu republicanos – que desafiaram o ex-presidente Donald Trump ao apoiá-la – e democratas.

VENDA. O TikTok está sendo ameaçado desde 2020, com os legisladores argumentando cada vez mais que o relacionamento de Pequim com a ByteDance gera riscos à segurança nacional. O projeto de lei tem como objetivo fazer com que a ByteDance venda o TikTok para proprietários não chineses em um prazo de seis meses. Se essa venda não fosse realizada, o aplicativo seria banido.

O deputado Mike Gallagher, republicano de Wisconsin que está entre os legisladores que assinam o projeto de lei, disse no plenário antes da votação que uma negociação do aplicativo “força o TikTok a romper com o Partido Comunista Chinês”. “Essa é uma medida de bom senso para proteger nossa segurança nacional.”

Caso o projeto se torne lei com a aprovação do Senado, ele deve aprofundar a guerra fria entre os Estados Unidos e

a China pelo controle de tecnologias importantes.

Ontem, antes da votação na Câmara, Pequim condenou a pressão dos legisladores americanos e negou que o TikTok fosse um perigo para os Estados Unidos. Na entrevista coletiva diária, Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, acusou Washington de “recorrer a movimentos hegemônicos quando não se pode ter sucesso em uma competição justa”.

“(A venda) força o TikTok a romper com o Partido Comunista Chinês”

Mike Gallagher
Deputado republicano

“Muitas crianças ficarão loucas sem ele”

Donald Trump
Ex-presidente dos EUA

Antes da aprovação da proposta, Biden já havia decretado limitações sobre como as empresas financeiras americanas podem investir em companhias chinesas e restringiu a venda de dados confidenciais dos americanos, como informações de localização e saúde, a corretores de dados que poderiam vendê-los à China.

Plataformas como Face-

book e YouTube estão bloqueadas na China, e Pequim disse no ano passado que se oporia a uma venda do TikTok.

O TikTok afirmou que se esforçou muito para proteger os dados dos usuários dos EUA e fornecer supervisão da plataforma por terceiros, e que nenhum governo pode influenciar o modelo de recomendação da empresa. A plataforma também afirmou que não há provas de que Pequim tenha usado o TikTok para obter dados de usuários dos EUA ou para influenciar as opiniões dos americanos, duas das alegações feitas pelos deputados.

PROJETO TEXAS. O TikTok solicitou aos usuários que ligassem para seus parlamentares na semana passada para protestar contra o projeto de lei, em um movimento excepcionalmente agressivo para uma empresa de tecnologia. “Essa legislação tem um resultado predeterminado: a proibição total do TikTok nos Estados Unidos”, dizia um texto distribuído pela companhia.

O aplicativo gastou mais de US\$ 1 bilhão em um extenso plano chamado Projeto Texas, que tem o objetivo de lidar com dados confidenciais de usuários dos EUA separadamente do restante das operações da empresa. Esse plano é analisado há vários anos por um painel conhecido como Co-

mitê de Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos, ou CFIUS, na sigla em inglês.

Dois dos deputados por trás do projeto, Gallagher e Raja Krishnamoorthi, disseram na semana passada que a Câmara estava agindo porque o CFIUS “não resolveu o problema”.

Alguns especialistas disseram que, caso o projeto se torne lei, provavelmente enfrentará o escrutínio da Primeira Emenda americana nos tribunais. “As questões legais exigirão a produção de provas reais, e essas provas serão ponderadas em relação às preocupações com a liberdade de expressão”, disse Matt Perault, diretor do Centro de Política Tecnológica da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, que recebeu financiamento de empresas de tecnologia, incluindo a TikTok e a Meta.

Há também uma chance de que, mesmo que a lei seja aprovada pelo Congresso, sancionada e sobreviva aos desafios judiciais, ela possa desmoronar sob um novo governo.

Trump, que tentou banir o TikTok ou forçar sua venda em 2020, reverteu mudou sua posição sobre o aplicativo na semana passada. Em uma aparição na televisão, ele disse que o aplicativo era sim uma ameaça à segurança nacional, mas que banir a plataforma ajudaria o Facebook – um site que ele criticou. “Há muitas crianças no TikTok que ficarão loucas sem ele”, disse o ex-presidente.

Durante sua gestão, o republicano ameaçou remover o TikTok das lojas de aplicativos americanas se a ByteDance não vendesse sua participação. A empresa até parecia pronta para negociar uma participação para o Walmart e a Oracle, cujos executivos eram próximos do ex-presidente. A proposta, porém, foi barrada pela Justiça Federal, com várias decisões impedindo que a proibição proposta por Trump entrasse em vigor. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

UE aprova normas para controle de uso da inteligência artificial

BRUXELAS

A sessão plenária do Parlamento Europeu aprovou ontem um ambicioso regulamento sobre o uso da inteligência artificial (IA) na UE, na última etapa antes da sua adoção formal em todo o bloco. A lei foi aprovada por 523 votos a favor, 46 contrários e 49 abstenções.

O projeto de lei original, considerado inédito no mundo, foi apresentado pela Comissão Eu-

ropeia em abril de 2021. Espera-se que os 27 países do bloco adotem a lei em abril, e que o texto seja publicado no *Diário Oficial* da UE em maio.

O veto ao uso das formas de IA consideradas de alto risco será aplicado no final deste ano, e as regras para a chamada IA generativa, como o ChatGPT, serão aplicadas 12 meses após a ratificação da norma.

Os regulamentos adotados estabelecem que os modelos de IA de uso geral devem cum-

prir as obrigações de transparência, assim como as regras europeias de direitos autorais.

Entretanto, os sistemas considerados de alto risco (como os usados na educação ou na aplicação da lei) estarão sujeitos a requisitos mais rigorosos. Estes sistemas deverão prever a implementação de uma análise de impacto obrigatória nos direitos fundamentais.

O texto prevê também a proibição da classificação de cidadãos ou os sistemas de vigilância

em massa, ou mesmo a identificação biométrica remota de pessoas em locais públicos.

A legislação define meios de vigilância e sanções, por meio da criação de um gabinete europeu de IA. O órgão pode aplicar multas que vão de € 7,5 milhões (cerca de R\$ 40,8 milhões), ou 1,5% do volume de negócios das empresas afetadas, até € 35 milhões (R\$ 190,7 milhões), ou 7% do volume de negócios global, dependendo da infração e do tamanho da empresa.

O regulamento determina que os cidadãos devem ser claramente informados de que estão lidando com recursos de IA. A lei também proíbe os agentes policiais de usarem tecnologia de reconhecimento

facial em tempo real, com exceções para as forças de ordem se estiverem à procura de uma pessoa condenada ou suspeita de um crime grave, como estupro ou terrorismo.

Penalidades
Lei proíbe identificação biométrica em locais públicos; multas podem chegar a € 35 milhões

A polícia pode solicitar o uso da tecnologia para encontrar vítimas de sequestro ou tráfico de pessoas, mas com a aprovação de um juiz ou outra autoridade judicial, e para uso limitado em tempo e local. ● AFP

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PRESSEMARKET GbR | 0049 271 6004
PRESSEMARKET GbR | 0049 271 6004